

Carlos Morais
Universidade de Aveiro

As Artes de gramática ex Clenardo para o ensino do Grego em Portugal

πάνσαι τέχναι βροτοῖσιν ἐκ Προμηθέως
Todas as artes para os mortais vêm de Prometeu¹.
A. Pr. 506.

1. Do sucesso editorial das *Institutiones Linguae Graecae*

Na primeira metade do séc. XVI, mais concretamente em 1530 e 1531, saíram dos prelos de Rogério Réscio, em Lovaina, dois livros que marcaram de forma indelével, ao longo de mais de duas centúrias, o ensino do grego em toda a Europa: as *Institutiones in Linguam Graecam* e, como seu complemento, as *Meditationes Graecanicae* de Nicolau Clenardo (1495-1542). Reduzidas a epítomes ou aumentadas e enriquecidas por escólios², com estes ou outros títulos, separadamente ou em conjunto, as edições destes manuais escolares, sobretudo do primeiro, foram-se multiplicando, às dezenas, por diferentes cidades do Velho Continente, desde Lisboa a Colónia³, substituindo os

¹ Dedico este estudo à minha amiga Ana Paula Quintela Sottomayor, classicista emérita, com quem, enquanto docente da Faculdade de Letras do Porto, muito aprendi na arte de ensinar, como diziam os antigos, *utramque linguam*. A tradução de onde retirei este verso – *Ésquilo. Prometeu Agrilboado* – foi o seu primeiro trabalho académico, que mereceu honras de publicação, pela primeira vez, na colecção “O Grande Teatro do Mundo”, Coimbra, Atlântida, 1967.

² Entre os mais notáveis escoliastas das *Institutiones* de Clenardo contam-se, entre outros, Renatus Guillonius (1500-1570), Petrus Antesignanus Rapistagnensis (1525-1561), Friedrich Sylburg (1536-1596), Henri Estienne (1528-1598), Philippe Labbé (1607-1667), Gerardus Ioannes Vossius (1577-1649) e Alexander Scot (1525-1584), responsável pela monumental *Universa Grammatica Graeca: Institutiones Etymologicae ex N. Clenardo, cum scholiis P. Antesignani, multis bis quidem in locis recognitis, auctis et emendatis; orthographia vero syntaxis et prosodia, ex optimis, et qui in scholis Societatis Jesu potissimum probantur auctoribus*, Lugduni, Off. Hugonis a Porta, apud fratres de Gabiano, 1593. Sobre este assunto, veja-se V. CHAUVIN et A. ROERSCH, *Étude sur la vie et les travaux de Nicolas Clénard*, Bruxelles, 1900, pp. 91-102.

³ Ainda que com várias lacunas, V. CHAUVIN et A. ROERSCH, *op. cit.*, pp. 190-201, apresentam uma extensa lista de cerca de duas centenas e meia de edições das *Institutiones*, das *Meditationes* e destas duas obras em conjunto. Para se ter uma ideia do sucesso destes compêndios, mormente do primeiro, refira-se que, de acordo com os dados apresentados por estes autores, são igualmente cerca de 250 os anos que medeiam entre a primeira (Lovaina, 1530) e a última publicação (Paris, 1783).

velhos métodos escolásticos e as eruditas e, por vezes, obscuras gramáticas de Teodoro de Gaza, de Constantino Láscaris ou de Manuel Chrysoloras⁴. Tão grande fortuna, que só encontra paralelo no sucesso que teve a Gramática Latina de Manuel Álvares (1526-1583), ficou a dever-se ao facto de estes dois compêndios reflectirem inovadores princípios pedagógicos, mais atractivos e mais adequados às capacidades cognitivas dos jovens estudantes, que o seu autor teve a oportunidade de pôr em prática, ao longo da década e meia (1515-1530) em que ensinou a língua grega, em Lovaina, na “Pédagogie du Porc” e no colégio de Houterlé. As linhas gerais do seu ideário pedagógico, bem evidentes na forma como pensou e estruturou os seus livros didácticos, encontram-se dispersas por algumas das suas cartas, sobretudo pelas que dirigiu a Réscio (23 de Março de 1535), a Polites (27 de Dezembro de 1536) e a Vaseu (18 de Julho de 1537), esta última com uma explanação detalhada e precisa do seu “método-programa” para o ensino do Latim. A estas três cartas, do período em que esteve radicado em Portugal, a convite de D. João III, como preceptor do Infante D. Henrique, acresce ainda uma outra, *Aos Cristãos*, escrita em Fez (1540-1541), não muito tempo antes da sua morte, ocorrida em Granada, em Setembro de 1542⁵.

Ainda que estas epístolas, verdadeiros textos programáticos, se reportem, em concreto, ao ensino do Latim, não será abusivo concluir que Clenardo se terá guiado igualmente, nas suas aulas de grego, por muitos dos preceitos metodológicos nelas defendidos. Tendo sempre como centro das suas preocupações o aluno, preconizava um ensino que não sobrecarregasse a memória deste com minudências gramaticais ou regras inúteis, que fosse vivo e intuitivo e que se pautasse pela clareza e pela simplicidade de processos. As *Meditationes*, livro destinado aos que não podiam aceder ao ensino oral, oferecem um exemplo do que poderá ter sido um curso de Grego ministrado pelo humanista de Diest, dentro dos princípios que advogava. Partindo da *Epistola de uita solitaria ad Gregorium Nazianzenum* de S. Basílio, facultava ao aluno, período a período, o comentário de Budé e uma tradução de sua autoria, seguidos de *scholia* com breves, mas rigorosas, explicações morfossintácticas, tudo isto na língua de Virgílio. Nestes seus comentários gramaticais, não descurava, sempre que tal lhe parecesse pertinente, uma aproximação entre estruturas ou formas equivalentes do Grego e do Latim – língua que devia ser já do conhecimento dos alunos –, remetendo *pari passu* para as *Institutiones*, pedra angular de todo o sistema de ensino por si gizado.

⁴ Sobre estes e outros tratados, veja-se o manuscrito de António Ignácio Coelho de Moraes (BGUC: códice 1485, caderno E), que faz a história da gramaticografia grega, desde os seus primórdios até 1873.

⁵ Publicadas por A. ROERSCH, *Correspondance de Nicolas Clénard*, 3 vols., Bruxelles, 1940-1941, estas cartas aparecem traduzidas em M. Gonçalves Cerejeira, *O Renascimento em Portugal*, 2 vols., Coimbra, 1974-1975. As duas primeiras e a última surgem no vol. I: *Clenardo e a Sociedade Portuguesa*, respectivamente, nas pp. 265-269, 275-293, 349-383; a terceira, no vol. II: *Clenardo, o Humanismo e a Reforma*, pp. 203-223, se bem que a primeira parte da carta, menos interessante para os nossos objectivos, se encontre no primeiro volume, pp. 301-306. Sobre os métodos pedagógicos de Clenardo, veja-se Manuel Breda Simões, “Un «pédagogue» du XVI^e siècle – Nicolas Clénard”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 4 (1960) 56-78.



Fig. 1: Frontispício das *Institutiones*, Paris, 1549 (BPMP: I-12-1).

Divide-se esta gramática em quatro partes, apresentando cada uma delas, por opção metodológica do seu autor, apenas o estritamente necessário. A primeira, designada *Institutiones Absolutissimae*, é a mais extensa, contendo o fundamental para a leitura e entendimento dos textos por parte dos que se iniciavam na língua de Homero: o alfabeto, as regras da pronúncia e o essencial relativo às oito partes em que os antigos, desde Dionísio da Trácia, autor da primeira gramática grega, dividiam a oração (nome, verbo, particípio, pronome, artigo, advérbio, conjunções e preposições)⁶. Na segunda parte – *Annotationes in nominum uerborumque difficultates* –, inclui o autor algumas notas sobre os adjetivos e sobre as declinações e insere ainda breves capítulos sobre os numerais, os graus de comparação, os nomes verbais (*verbalia*) e os nomes heteróclitos (*heteroclita*). Na terceira, a que chama *Investigatio thematis in verbis anomalis*, apresenta uma listagem de verbos anómalos com a enunciação dos seus principais tempos. Para a quarta e última parte, intitulada *Compendiosa et luculenta Syntaxeos ratio*, reservou, como sugere o próprio título, a exposição de umas quantas regras de sintaxe, sucintas e não muito numerosas. Ou seja, apenas o essencial, que procurava pôr em destaque, sobretudo, alguns dos aspectos em que o grego diferia do latim: a concordância do verbo com o neutro do plural, o genitivo absoluto, o acusativo ático,

⁶ Cf. Louis KUKENHEIM, *Contributions à l'Histoire de la Grammaire Grecque, Latine et Hébraïque à l'époque de la Renaissance*, Leiden, 1951, pp. 20-21.

os complementos do comparativo e do superlativo, a função dos casos e as regências verbais e preposicionais. Para o estudo das orações ou de outros assuntos de pormenor, que, por economia, entendeu não abordar, remete, mesmo a fechar o seu compêndio, para os *Commentarii Linguae Graecae* de Guillaume Budé (1468-1540), livro que saiu dos prelos de Iodocus Badius Ascencius, em Paris, no ano de 1529⁷.

Como se pode deduzir pela descrição feita, foram sobretudo dois os atributos que valeram a esta gramática o apreço imediato e generalizado, com inegáveis reflexos na sua tão prolongada vida editorial: a clareza e a brevidade. Clareza, pelo modo organizado e simples como apresentava os conteúdos, socorrendo-se muitas vezes de esquemas e de quadros de declinação e de conjugação. Brevidade, pela forma contida da exposição, centrada num conjunto reduzido e simplificado de regras gramaticais, para que o aluno mais facilmente pudesse assimilar as matérias e, assim, mais rapidamente evoluísse na sua aprendizagem, sem grande esforço de memória ou custos de tempo.

Cientes de que estas qualidades se ajustavam à prática pedagógica pretendida para os seus colégios, os Jesuítas, desde cedo, adoptaram a gramática do humanista de Diest como compêndio oficial, ainda que este seu estatuto de primazia viesse a ser disputado, alguns anos mais tarde, pelos *Rudimenta Linguae Graecae ex primo libro institutionum* de Gretser (1560-1625), conforme sustenta Ladislau Lukács, nos seus comentários a uma passagem de um capítulo da *Ratio Studiorum* (1586/B) dedicado ao ensino do grego⁸.

Estamos em crer, contudo, que, em Portugal, só muito esporadicamente a gramática do filólogo e jesuíta alemão terá tido acolhimento. De facto, os inicianos portugueses não só terão usado edições estrangeiras das *Institutiones*, nomeadamente nos primeiros tempos⁹, como ainda, mais tarde, quando algumas das tipografias portuguesas estavam já dotadas de tipos gregos, se abalçaram na composição de manuais próprios *in usum tyronum*, decalcados do compêndio do brabantino. Mais simples do que este, porque expurgados de tudo o que não fosse necessário à iniciação dos jovens estudantes, estes epítomes *ex Clenardo*¹⁰,

⁷ Assim terminam as *Institutiones*: “Verum istiusmodi orationis formas, & breuiter quicquid ad Graecanicas phrases attinet, doctissime persecutus est Budaeus in suis Commentariis, quos nuper & emendate, & eleganter magno studiosorum bono excudit Badius, optime semper de literis meritis. Eum librum comparare sibi debet, quisquis serio Graecari volet”. A recomendação repete-a quer numa das suas epístolas a Vaseu (*Ep. I*, p. 73: “Id, Vasaeae, scias, nisi Budaei libros praecipue commentarios eolveris, te frustra saepe sudaturum, nec verborum proprietatem assequeris”) quer ainda em diferentes momentos das *Meditationes* (e.g., a propósito do uso e valor de καί: “...vide Commentarios Budaei, in quibus plenissime docet vsum partium orationis indeclinabilium”, p. 21, edição de Paris, 1549).

⁸ *Monumenta Paedagogica Societas Jesu. V: Ratio atque Institutio Studiorum Societas Jesu*, Roma, 1986, p. 189 e n. 4. O texto regulamentador dos estudos jesuíticos afirma o seguinte: “quoniam Clenardi grammatica omnium iudicio valde manca est, neque ulla omnino reperitur graeca grammatica omnibus expleta numeris, placuit novam cudi a nostris iusta magnitudine et eodem fere ordine”. Sobre esta questão, veja-se ainda Carlos Morais, *A Gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina*, Aveiro, 2000, p. 37, n. 27.

⁹ É este também o entendimento do P.º Francisco Rodrigues. No seu livro *A Formação Intellectual do Jesuíta*, Porto, 1917, p. 211, não esboça qualquer dúvida quanto a este uso: “As Artes, Latina e Grega, dos dois últimos auctores [Despautério e Clenardo], não Jesuítas, começaram a usar-se como livro de texto nos collegios da Companhia de Jesus, logo desde os primeiros annos que abriram escolas em Lisboa, Evora e Coimbra, segundo se depreheende de documentos contemporaneos ineditos”.

¹⁰ Utilizada no título e ao longo do artigo, esta fórmula serve para designar os vários epítomes gramaticais portugueses que derivam das *Institutiones* de Clenardo. Para o nosso estudo, utilizámos a edição parisiense de 1549, cujo frontispício reproduzimos (fig. 1).

todos com o monograma da Companhia de Jesus no frontispício, foram saindo dos prelos nacionais e até mesmo estrangeiros, desde finais do séc. XVI até ao primeiro terço do séc. XVIII, com intervalos não muito regulares.

2. Dos epítomes gramaticais *ex Clenardo*

Neste processo de construção dos compêndios portugueses, é possível identificar três fases distintas, às quais corresponde uma diferente licença de publicação. Representadas pelas edições de 1594, de 1595 e de 1608 (na qual se filiam todas as que se lhe seguem), estas diferentes etapas traduzem os progressivos aperfeiçoamentos e melhoramentos a que foi sujeito este epítome gramatical *ex Clenardo*, que apresenta algumas características próprias, como a tradução das formas verbais para português¹¹, e uma organização dos conteúdos que, por vezes, se afasta da estrutura do compêndio que lhe está na origem, denunciando pontualmente outras influências¹².

Durante décadas a fio, foi este o instrumento fundamental para a aprendizagem do grego nos Colégios Jesuítas, que seria feita, muito provavelmente, a partir dos textos reunidos na antologia *Aliquot Opuscula Graeca ex variis auctoribus collecta*, publicada em Coimbra, na oficina de António Mariz, no ano de 1583. Esta colectânea, igualmente da responsabilidade dos inicianos, contém três discursos de Demóstenes, três idílios de Teócrito, o epitáfio de Bion de Mosco, os “carmina aurea” pitagóricos, cinco hinos homéricos, cinco diálogos de Luciano, alguns “epigrammata graeca veterum elegantissima” e ainda várias fábulas de Esopo com o latim à margem¹³.

2.1. A mal avaliada edição de 1594

Ao contrário do que erradamente vem sendo repetido, ao longo dos últimos cinquenta anos, depois que Justino Mendes de Almeida publicou um artigo sobre esta matéria¹⁴, a primeira edição da gramática grega *ex Clenardo*, publicada em Portugal, não é a de 1595, como vamos demonstrar, mas a que saiu dos prelos de António Mariz, em Coimbra, no ano de 1594, com um título – *Graecae Nominum ac Verborum Inflexiones in Vsum Tyronum* – e um monograma indicadores quer do seu conteúdo quer dos seus objectivos e destinatários.

¹¹ Vide apêndice, figuras 7 e 8.

¹² Que os responsáveis pelos epítomes portugueses consultaram outros compêndios gramaticais e por eles foram pontualmente influenciados, fica claro pelo conteúdo de uma ou outra matéria que se afasta momentaneamente do modelo clenardiano, como acontece, conforme veremos, no capítulo de sintaxe da 2.ª edição. Ou ainda por alguns dos comentários que nelas são inseridos, como este da 1.ª edição, em que a propósito do mais-que-perfeito do verbo εἶμι se escreve: “Expugitur hoc praeteritu à nōnullis grāmaticis, illud tamen recipit Clenardus”. Refira-se ainda que as anotações e aditamentos de um dos mais famosos escoliastas das *Institutiones*, P. Antesignanus, também não foram ignorados. A eles se alude através de referências breves do tipo “ut notauit P. Antesignanus” (ed. 1594, fl. 2v) ou “aduertit Antesignanus” (ed. 1594, fl. 6r).

¹³ Frei Fortunato de S. Boaventura tem desta obra uma descrição pormenorizada, em “Memoria do começo, progressos, e decadencia da Literatura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I”, *Memoria da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1823, p. 36. Da colectânea, existe um exemplar na Biblioteca Nacional de Lisboa (cota: F. 6737).

¹⁴ “Institutiones Grammaticae ex Clenardo (a 1.ª edição portuguesa da Gramática Grega de Clenardo)”, *Revista da Universidade de Lisboa* 2 (1956) 177-186.

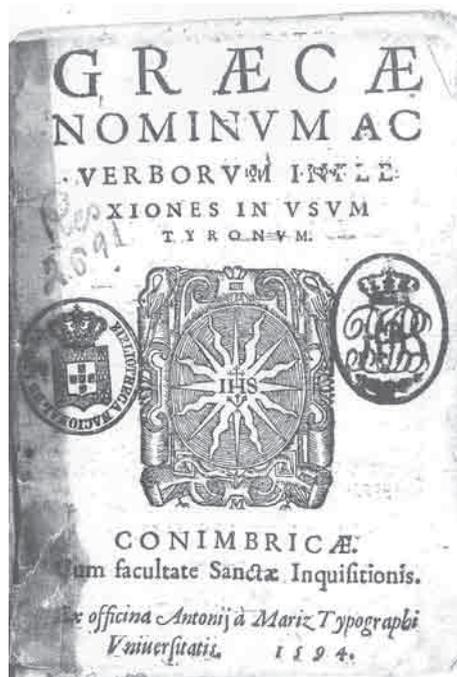


Fig. 2: Frontispício da edição de 1594 (BNL: Res. 2691 P.)

O facto de o nome do brabantino não aparecer no frontispício, tal como acontece nas restantes edições portuguesas, terá contribuído seguramente para que este epítome tivesse sido mal avaliado e, em consequência disso, nunca tivesse sido incluído na família das gramáticas *ex Clenardo*. Porém, um simples e rápido cotejo com as *Institutiones* basta para se concluir que o responsável pela edição do nosso manual transcreveu daquelas, com ligeiríssimas alterações, adaptações ou cortes, o que considerou ser o mínimo necessário para que os jovens estudantes dos Colégios Jesuítas pudessem dar os seus primeiros passos na aprendizagem da língua grega.

Assim, dentro desta linha metodológica, forneceu-lhes, a abrir, o indispensável alfabeto e, a fechar, uns breves rudimentos de fonética, que se restringem à classificação e pronúncia das vogais, dos ditongos e das consoantes, num capítulo cujo título – *Pro rudimentis ex Clenardo* – não deixa qualquer dúvida quanto à filiação do epítome¹⁵. Seguem-se-lhe, já à margem do texto gramatical clonado, as orações do Pai-Nosso (*Oratio Dominica*), da Ave-Maria (*Salutatio Angeli ad Beatissimam Virginem*), da Salve-Rainha (*Salue Regina*) e do Credo (*Symbolum Apostolorum*) e ainda um passo do prólogo do Evangelho Segundo S. João sobre o Verbo Divino (Jo. 1. 1-14), acompanhados pelas respectivas traduções latinas.

¹⁵ Vide apêndice, fig. 9.

Para o miolo do compêndio ficou o fundamental da morfologia, que constitui a essência da própria gramática, já que nela não há lugar para matérias de sintaxe. Numa primeira parte, dedicada à flexão nominal, o aluno tem à sua disposição as cinco declinações dos nomes não contractos e contractos e ainda, por esta ordem, os pronomes pessoais e possessivos e o artigo. Os paradigmas adoptados para as declinações são os mesmos que podemos ler nas *Institutiones*, tal como são os mesmos os comentários, regras ou explicações que, bem mais sucintos, os acompanham. Mas há um aspecto em que a gramática portuguesa, desde logo, se destaca da de Clenardo: pela forma bem mais clara como apresenta os seus quadros flexionais, evidenciando assim as nítidas preocupações de carácter didáctico-pedagógico do seu desconhecido autor.

Iguais preocupações não só se mantêm na segunda parte do capítulo da morfologia, dedicada à conjugação, como saem ainda reforçadas com a inclusão da já mencionada tradução para vernáculo das diferentes formas verbais, cuja exposição começa com o verbo εἰμί, contrariamente ao que se verifica na gramática de Clenardo, que insere este verbo no final da segunda parte (*Annotationes in nominum uerborumque difficultates*), entre os *anomala in mi*. No restante, à semelhança do que acontece com as declinações, os paradigmas adoptados e a ordem por que aparecem são os mesmos das *Institutiones*: τύπτω para os verbos temáticos em –ω; ποιέω, βιάω e βρυσώω para os verbos contractos; e τίθημι, ἵστημι, δίδωμι e ζεύγνυμι para as quatro categorias em que são divididos os verbos em –μι. Certamente por economia ou para não massacrar o aluno com excesso de informação, o nosso autor só fornece, dos verbos contractos, a conjugação completa de ποιέω. Dos dois outros paradigmas, disponibiliza apenas o presente do indicativo, critério igualmente seguido para os verbos em –μι, que não apresentam a tradução portuguesa das suas formas. Sempre que os restantes tempos ou modos são necessários, remete o aprendiz para as *Institutiones* com um recorrente e significativo *Vide Clenardum*¹⁶.

Face à evidência de todas estas semelhanças, pensamos que a inclusão deste epítome entre as gramáticas portuguesas que derivam da do humanista de Diest não é passível de qualquer contestação. E mesmo que, no espírito dos mais desatentos ou menos informados, alguma dúvida pudesse ainda subsistir, o texto da licença, a este respeito bem esclarecedor, bastaria para a dissipar:

Licença.

Vi por mandado de S. A. a 2. Tusculana de Cicero, o Sexto Liuro de Quintiliano, a prima Decada 3. & 4. de Tito Liutio, & as declinações, & conjugações de Clenardo, o que não tem cousa contra see, & bons costumes, & imprimirseão sem annotações, & cotas, & prefações, porque algũs destes liuros, as trazem suspectas.

F. Bertolameu Ferreyra.

Vista a Informação podem se imprimir os liuros apontados na petição atras, guardandose a aduertencia que o Reueedor diz, & depois de impressos tornem pera se conferirem, & se dar licença pera correrem. Em Lisboa 14. de Setëbro de 93.

O bispo d'Elvas. Diogo de Sousa. Marcos Teixeira.

¹⁶ Vide apêndice, fig. 9.

Ao mencionar o epítome, último dos livros de uma lista de quatro abrangida pela autorização¹⁷, o revisor acrescenta ao título, apresentado em tradução abreviada (“Declinações, & conjugações”), a expressão “de Clenardo”, que é seguramente a versão para português da fórmula latina “ex Clenardo”, igualmente usada, como vimos, no capítulo final com alguns rudimentos de fonética. Ao contrário do que acontece nas edições seguintes, esta referência autoral inscrita no texto da licença, não virá a ser incluída no frontispício da obra que virá a ser impressa em Coimbra, no ano seguinte. Mas é a chave que possibilita o cabal entendimento do teor da autorização inquisitorial do epítome gramatical saído em 1595.

2.2. A edição de 1595

Publicada em Lisboa, na oficina de Simão Lopes, com um título mais próximo do da sua fonte – *Institutiones Grammaticae ex Clenardo* –, esta edição apresenta uma dupla licença que, além de confirmar tudo o que temos vindo a defender, permite inferir que estamos na presença de um compêndio revisto e aumentado¹⁸:

Licença.

Podese imprimir outra vez este liuro da Arte Grega, mas da maneira q̄ se imprimio a primeira vez sem cotas nem prefações.

Frey Manoel Coelho.

Vista a enformação podese imprimir esta Arte Grega, & depois de impressa torne a este conselho para se conferir & se dar licêça para correrem. Em Lisboa a 18. de Outub. de 94.

O bispo d’Elvas. Diogo de Sousa. Marcos Teixeira.

Licença do que se acrescentou.

Vĩ o que se ofereceo para acrecêtar a Arte Grega, não tem cousa tocãte a fê, ou costumes, & parece sera proveitoso aos q̄ aprendê essa lingoa polo que se pode dar licença q̄ se imprima. Em Lisboa 17. de Dezem. de 94.

Francisco Pereira.

Vista a enformação podese imprimir o q̄ se acrescentou a Arte Grega, & depois de impressa torne ao conselho para se conferir com o original, & se dar licença para correr. Em Lisboa a 20. de Dezembro de 94.

O bispo d’Elvas. Diogo de Sousa. Marcos Teixeira.

¹⁷ Dos restantes livros citados, apenas conseguimos identificar o primeiro e o terceiro, saídos ambos dos prelos de Simão Lopes, em Lisboa, no ano de 1593, com os seguintes títulos: *M. T. C. Tusculanarum Quaestionum liber secundus / De Tolerando Dolore* (BNL: RES. 2455/2 P.; Anselmo, n.º 811); e *T. Liuij Patauini Historiarum Ab Vrbe Condita decadae primae liber primus* (BNL: RES. 2741 P.; Anselmo, n.º 800). Dado o mau estado de conservação do segundo, só nos foi possível consultar o primeiro exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa, que não apresenta a licença de publicação. *Vide* nota seguinte.

¹⁸ Esta licença surge repetida, quase *ipsis verbis*, no segundo volume das Tusculanas de Cícero (*M. T. Ciceronis Tusculanarum Quaestionum Liber Primus / Ad Brutum / De Contemnenda Morte*), impresso igualmente na tipografia de Simão Lopes, no ano de 1595 (BNL: Res. 2455/1 P.; Anselmo n.º 811). *Vide* nota anterior.

Porque ignorava que a edição de 1594 era a que havia iniciado o rol das gramáticas clenardianas publicadas em Portugal, Justino Mendes de Almeida, em artigo por nós já referido, tem desta licença uma interpretação que, como se pode constatar, se revela algo forçada e até mesmo abusiva¹⁹:

Mas será a edição olissiponense das Institutiones Grammaticae, saída dos prelos de Simão Lopes em 1595, a primeira edição – resumida, como dissemos – portuguesa da Gramática Grega de Clenardo? Eis por que nos decidimos pela afirmativa. (...)

Ora, a verdade é que na autorização eclesiástica não se diz «2.ª impressão» mas sim «pode-se imprimir outra vez». Não havendo qualquer elemento que permita suspeitar de uma edição portuguesa anterior, deve entender-se que a Gramática Grega de Clenardo, já impressa de 1530 a 1594, dezenas de vezes, nas mais diversas cidades e países, era editada uma vez mais, mas agora em Portugal.

Perfeitamente claro, o conteúdo dos textos dos revisores, ao contrário do que pretende e sustenta Mendes de Almeida, exclui qualquer hipótese de esta ser uma primeira edição. Na verdade, este compêndio, incorporando novas matérias, devidamente autorizadas por uma “licença do que se acrescentou”, vem suprir algumas das lacunas ou omissões do primeiro epítome, saído em 1594 com uma tiragem que provavelmente terá sido reduzida, atendendo ao curto intervalo de tempo que medeia as duas impressões.



Fig. 3: Frontispício da edição de 1595 (BGUC: 1-(23)-36)

¹⁹ *Art. cit.*, p. 183.

Com raras correcções e alguns retoques sem importância num ou noutro título, esta edição, até ao capítulo dos verbos contractos, é igual à de 1594. As principais alterações ou novidades encontram-se a partir daqui, ou seja, na parte final do texto gramatical. De facto, para evitar as constantes remissões para as *Institutiones*, que se multiplicavam no fim da primeira edição, este renovado compêndio inclui a conjugação completa dos verbos βράω e χρυσόω e todas as formas, para além do presente do indicativo, das quatro conjugações dos verbos em *-mi*²⁰. E ao último capítulo, que na edição de 1594 incluía apenas a classificação e pronúncia dos fonemas vocálicos e consonânticos, acrescenta novas questões de fonética (o espírito, os sinais de pontuação, os acentos, as regras da acentuação e algumas das abreviaturas mais comuns e sua descodificação), breves noções de prosódia (quantidade das sílabas) e ainda vários assuntos de morfologia (os numerais, o comparativo e o superlativo, a formação de nomes a partir de raízes verbais, a que chama *verbalia*, as preposições, os géneros dos nomes e algumas considerações sobre as seis conjugações)²¹. Mas a parte mais importante deste aditamento prende-se com uma súmula de preceitos sintácticos, incrustada entre os assuntos de morfologia e que sugestivamente se designa “De constructione praecepta aliquot tyronibus ediscenda”²². Sob este título, o responsável pela organização do epítome inclui, com o mesmo teor e pela mesma ordem, as matérias tratadas por Clenardo na *Syntaxeos ratio*, a quarta e última parte das *Institutiones*, já por nós abordada²³. Depois de uma primeira edição muito sucinta, a prática lectiva nos colégios Jesuítas terá evidenciado, desde cedo, esta necessidade de inclusão de um breve capítulo de sintaxe bem como de outras questões de morfologia, assuntos que serão conservados, em grande parte, nas publicações seguintes.

2.3. A edição de 1608 e as que nela se filiam

A terceira edição do epítome português de que temos conhecimento foi impressa em Coimbra, na oficina de Pedro Crasbeeck, no ano de 1608, com um título que põe em destaque quer o seu estatuto de introdução gramatical quer ainda a sua dependência directa do compêndio de Clenardo: *Introductio in Graecam Linguam ex Institutionibus Grammaticis Nicolai Clenardi*.

A nota que sucede ao título (*Nunc mendis sublatis multo quam antea correctior*) associada ao texto do revisor João Correia, que fala de “acrescentamento que tem no cabo”²⁴, alerta o leitor para as alterações que vai encontrar: alguns conteúdos novos,

²⁰ Cf. apêndice, figuras 9 e 10.

²¹ Estas matérias são retiradas quase todas directamente das *Institutiones*. No entanto, algumas questões aparecem pontualmente mais desenvolvidas e sistematizadas do que na gramática do brabantino, denunciando assim outras leituras da parte do desconhecido autor português. É o caso, e.g., dos capítulos “Litterarum Prolationes” (fls. 49r-50r), “De quibusdam graecis notulis & primo de spiritibus” (fls. 50v-51r) ou “Generales accentuum canones” (fls. 52v-54v).

²² Para a estrutura e organização dos conteúdos deste aditamento, *vide*, em apêndice, o quadro comparativo do capítulo final das várias edições portuguesas, *infra*, p. 16.

²³ Cf. *supra*, p. 3. Este capítulo, na gramática de Clenardo, encerra com a enumeração das diferentes preposições, suas regências e valores. No epítome português, esta questão foi deslocada para o fim dos assuntos de morfologia, mesmo antes de se dar início ao capítulo da sintaxe (fls. 57v-58r).

²⁴ Diz o seguinte o texto do censor: “Reui esta Arte Grega com o acrescentamento que tem no cabo, & não achei nella cousa que offenda à Fè, ou bõs costumes, pello que me parece que se pode, & deue imprimir outra vez. Em S. Roque 22. de Mayo. de 1608. Ioaõ Correia”. Segue-se, como nas anteriores

várias correcções sobretudo de ordem estrutural e uma ou outra supressão. No essencial, porém, o compêndio não se afasta muito da edição de 1595.



Fig. 4: Frontispício da edição de 1608 (BNL: L. 143 P.)

Começamos pelas alterações estruturais. Por forma a conferir mais lógica à sequência dos conteúdos, o autor português coloca as questões fonéticas logo no início, depois do alfabeto e antes das declinações, abandonando a exposição mais desenvolvida da edição de 1595 e regressando ao texto sucinto e claro da abertura das *Institutiones*. O artigo, que nos compêndios anteriores aparecia no fim da flexão nominal, mesmo antes da conjugação do verbo εἶμί, passa para o início do capítulo da morfologia, precedendo, assim, a primeira declinação, tal como nas actuais gramáticas²⁵. Por fim, as anotações de carácter geral sobre o pretérito e o futuro, bem como sobre as seis conjugações, que se encontravam no fim da edição de 1595, entre os *Rudimenta*, são agora colocadas no seu lugar natural, ou seja, a abrir a flexão dos verbos em -ω, tal como nas *Institutiones*.

gramáticas, a autorização: “Vista à informação podese imprimir esta Arte, & depois d’ impressa torne a este Conselho, pera se conferir & dar licença pera correr, & sem ella naõ correrà. Em Lisboa 24. de Mayo de 1608. Bertolameu da Fonseca. Ruy Pirez da Veiga”.

²⁵ Nas *Institutiones*, encontra-se entre os pronomes e os advérbios, o seu lugar natural, de acordo com a ordem estabelecida, no início do compêndio, para as oito partes da oração.

À parte a substituição dos paradigmas dos verbos contractos da primeira e segunda conjugações que deixam de ser *ποιέω* e *βοάω* e passam a ser *φιλέω* e *τιμάω*, as principais novidades encontram-se “no cabo” do compêndio, que volta a integrar, como na 1.^a edição, as orações do Pai-Nosso e da Ave-Maria. Ignorando algumas das matérias da edição de 1595, reformulando e reordenando outras²⁶, o nosso autor apresenta três novos assuntos, relativos aos verbos irregulares e impessoais: “Verba anomala” (fls. 51v-55r), “Annotationes in verba” (fls. 55r-56r) e “Impersonalia quaedam” (fls. 55v-56r). Não obstante focarem aspectos tratados no capítulo “Investigatio Thematis in verbis anomalis” das *Institutiones*, a forma como surgem organizados e o facto de apresentarem uma diferente listagem de exemplos denunciam a influência de outras leituras que não lográmos identificar.

Mais bem estruturada do que as anteriores, como prova a descrição feita, esta edição, pelo que conseguimos apurar, voltou a ser publicada, sem alterações e com o mesmo título e a mesma licença, três vezes mais: duas delas em Lião, *Apud Nicolaum Jullieron*, nos anos de 1621 e 1622; e uma outra, só em 1712, em Coimbra, na tipografia do Colégio das Artes.

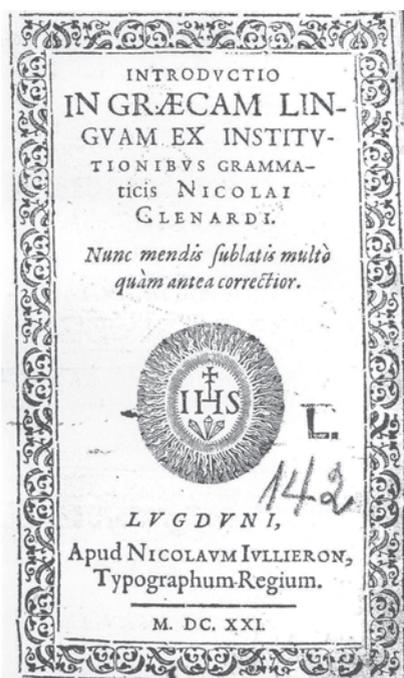


Fig. 5: Frontispício da edição de 1621 (BNL: L. 142 P.)



Fig. 6: Frontispício da edição de 1712 (UCFL-IEC: FE S.G. 10-4)

²⁶ Da edição de 1595, possivelmente por não serem de fulcral importância, foram ignorados os capítulos “De στίγματις, seu punctis graecorum aliisque notis”, “De accentibus” (bastava o que se mencionava em “Generales accentuum canones”), “De generibus nominum” e “De syllabarum quantitate & carminum ratione”. Reformulados, para além das já referidas questões de fonética, foram o texto relativo aos graus dos adjectivos e o capítulo de sintaxe designado “De constructione”.

Para a diferente ordenação das matérias, na parte final do compêndio, veja-se, *infra*, p. 15.

O recurso a editores estrangeiros talvez se explique pela “extrema penúria de tipos gregos” nas tipografias portuguesas, em grande parte do séc. XVII. Como refere Frei Fortunato de S. Boaventura, por causa de tal escassez, em certos casos, “foi necessário ao Impressor aproveitar os Latinos em hum crescido numero de palavras Gregas, o que denota o lamentavel desuso, em que tinham cahido taes applicações”²⁷. Já o hiato de nove décadas entre as edições de Lião e a de Coimbra talvez se deva à conjugação de dois factores: o uso de outros compêndios, necessariamente estrangeiros, associado a um decréscimo no interesse pelo estudo do Grego no séc. XVII.

Esse interesse terá recrudescido no início do século seguinte. De facto, Frei Fortunato de S. Boaventura²⁸, bem como Lopes de Mendonça²⁹ e o P.^e António Ignácio Coelho de Moraes³⁰, que o citam, além da já referida edição de 1712, aludem a publicações saídas em 1702 e em 1729, no Real Colégio das Artes. Infelizmente, não conseguimos localizar nenhum destes compêndios. Se existiram, o que face a estes testemunhos é bastante provável, tudo leva a crer que fossem iguais à edição de 1608, à semelhança da de 1712, ou, então, que dela não se afastassem muito.

3. Conclusão

“Todas as artes para os mortais”, de acordo com o mito redesenhado por Ésquilo, “vêm de Prometeu”³¹. Entre elas, ainda que remotamente, contam-se as Artes de gramática que regulam a “combinação das letras” e das palavras para a construção de discursos coerentes e inteligíveis, “memória de tudo quanto existe, obreira mãe das musas”³². Em suma, Artes que, na expressão feliz de Novalis, são “a dinâmica do reino do espírito”³³.

Desde Dionísio de Trácia, muitos foram os compêndios gramaticais que foram elaborados em prol de uma cada vez melhor compreensão do funcionamento da língua helénica. Com o incremento do estudo do Grego no Renascimento, este número aumentou de forma exponencial. Mas, como sublinhámos ao longo da nossa exposição, uma gramática houve, desta época, que se destacou das demais: as *Institutiones in Linguam Graecam* de Clenardo. Porque mais atractiva e mais adequada às novas exigências pedagógicas, logo teve grande acolhimento um pouco por toda a Europa, estando mesmo na base de outros manuais, como foi o caso dos epítomes *ex Clenardo, in usum tyronum*, que os Jesuítas portugueses compuseram para o ensino nos seus colégios. Com características muito próprias, como a tradução das formas verbais para vernáculo, e com sucessivos aditamentos e reformulações até à terceira edição,

²⁷ *Art. cit.*, p. 42.

²⁸ *Art. cit.*, pp. 36 e 43.

²⁹ *Annaes das Sciencias e Lettras*, Lisboa, 1857, pp. 128-129.

³⁰ BGUC, códice 1485, caderno E, capítulo 9.^o. Muito provavelmente, este manuscrito data de 1880. Cf. Américo da Costa Ramalho e João de Castro Nunes, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativo à Antiguidade Clássica*, Coimbra, 1945, pp. 101-102.

³¹ A. Pr. 506, verso citado em epígrafe.

³² A. Pr. 460-461. A tradução é de Ana Paula Quintela Sottomayor, tal como a do verso mencionado na nota anterior.

³³ NOVALIS, *Fragmentos* (trad. de Mário Cesariny), Lisboa, 1986, p. 14.

que traduzem a preocupação constante dos seus autores de ajustar o conteúdo às necessidades lectivas, estes manuais, publicados de forma intermitente, desde 1594 até ao primeiro quartel do séc. XVIII, marcaram de forma decisiva a história do ensino do Grego em Portugal.

Apêndice – Coda das três famílias de epitomes ex Clenardo

1594	1595	1608
Pro rudimentis ex Clenardo – Vocales (fl. 27r) – Diphthongi (fl. 27r) – Mutae (fl. 27v) – Duplices (fl. 27v) – Canones pronuntationis (fls. 27v-28r)	Rudimenta – Litterarum numerus & diuisio (fl. 49r) – Diphthongi (fl. 49r) – Litterarum prolationes (fls. 49 v-50r) – (<i>Compendia litterarum</i>) (fl. 50r) – De quibusdam graecis notulis & primo de spiritibus (fls. 50v-51r) – De apostropho (fl. 51r) – De στίγμας , seu punctis graecorum alijsque notis (fls. 51r-51v) – De accentibus (fls. 51v-52v)	
	– Generales accentuum canones (fls. 52v-54v) – De nominibus numeralibus & ordinalibus (fls. 55r-55v) – Comparatiua et superlatiua quomodo formentur (fls. 55v-57r) – Verbalia (fls. 57r-57v) – De praepositionibus (fls. 57v-58r) – De constructione praecepta aliquot tyronibus ediscenda (fls. 58r-61v) – De generibus nominum (fls. 61v-62r) – De uerborum praeteritis atque futuris (fl. 62r) – Prima coniugatio (fls. 62r-62v) – Secunda coniugatio (fl. 62v) – Tertia coniugatio (fl. 62v) – Quarta coniugatio (fl. 62v) – Quinta coniugatio (fl. 63r) – Sexta coniugatio (fls. 63r-63v) – De syllabarum quantitate & carminum ratione (fls. 63v-64r) – Errata (fls. 64r-64v)	– De gradibus comparationis (fls. 49r-50r) – Verbalia (fl. 50r) – Numeralia et ordinalia (fls. 50v-51r) – Praepositiones (fls. 51r-51v) – Verba anomala (fl. 51v) * in άνω (fls. 51v-52r) * in στω (fls. 52r-52v) * in υμ (fls. 52v-53r) * anomala ordine alphabetico (fls. 53r-55r) – Annotationes in verba (fls. 55r-55v) – Impersonalia quaedam (fls. 55v-56r) – Generales accentuum canones (fls. 56r-58r) – De constructione (fls. 58r-59r)
– Oratio Dominica (fl. 28v) – Salutatio Angeli ad beatissimam Virginem (fl. 28v) – Salve Regina (fl. 29r) – Symbolum Apostolorum (fls. 29r-30r) – Euangelium secundum Ioannem (fls. 30r-30v)		– Oratio Dominica (fl. 58v.) – Salvatio Angelica ad beatissimam Virginem (fl. 59v.) – Compendia litterarum (fl. 60r)

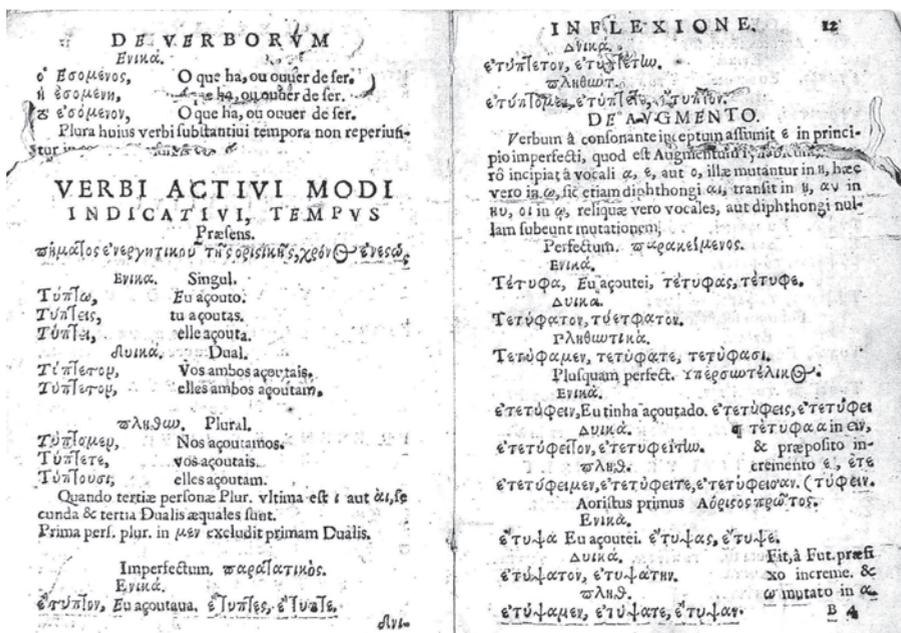


Fig. 7: Edição de 1594, fls. 11v-12r (BNL: Res. 2691 P.)

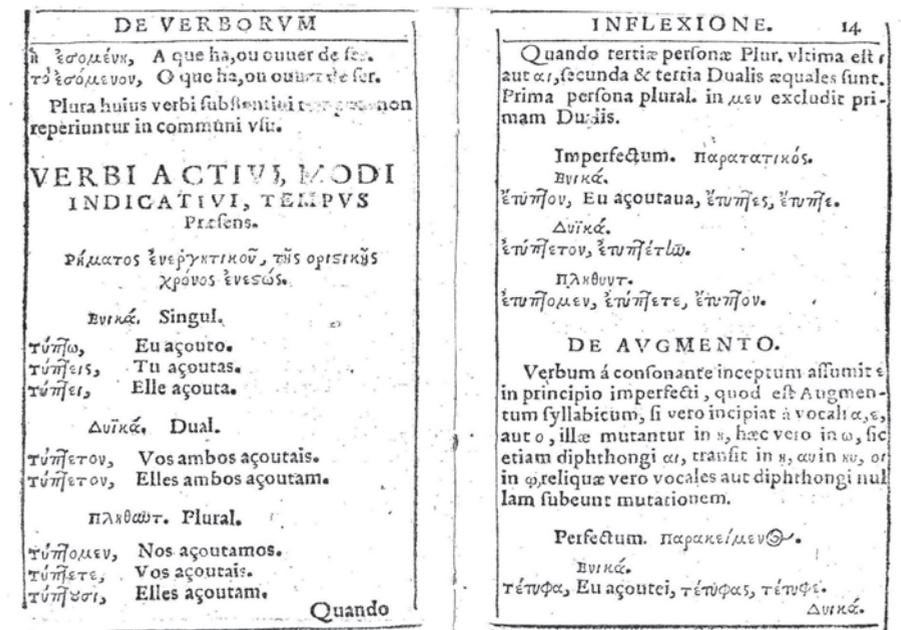


Fig. 8: Edição de 1595, fls. 13v-14r (BGUC: 1-(23)-36)



Fig. 9: Edição de 1594, fls. 26v-27r (BNL: Res 2691 P.)

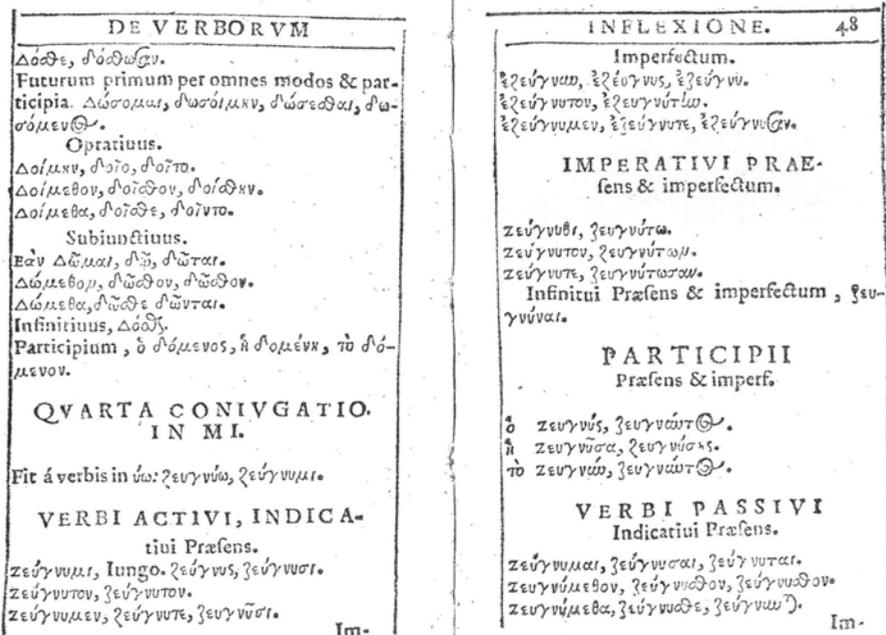


Fig. 10: Edição de 1595, 47v-48r (BGUC: 1-(23)-36)

BIBLIOGRAFIA

1. Edições

- INSTITVTIONES LINGVAE / GRAECAE*/ Nicolao Clenardo Authore./ *LVTETIAE*./ Ex officina Roberti Stephani typographi Regii./ M. D. XLIX. (edição que seguimos no confronto que fizemos com os epítomes portugueses).
- MEDITATIONES GRAECANICAE / in artem Grãmaticam*, authore Nicolao Clenardo: in eorũ gratiam, qui viua praeceptoris voce destitu- untur, & literas Graecas suo ipsorum ductu discere / coguntur. / *EMENDATIORES*./ *LVTETIAE*./ Ex officina Roberti Stephani typographi Regii./ M. D. XLIX.
- ALIQVOT / OPVSCVLA / GRAECAE EX VA- / RIIS AVTORIBVS / collecta / CONIMBRICAE*./ Ex officina Antonij à Mariz Univer- sitatis Typograph. / anno 1583.
- T LIVII PA / TAVINI HISTO- RIARVM AB VRBE / CONDITA DECADAE / PRIMAE LIBER / PRIMVS / OLISIPONE*./ Cum facultate Sanctae Inquisitionis,/ Apud Simonem Lopezium./ 1593.
- M. T. C. TVSCVLA- NARVM QVAESTIO- num Liber secundis, / DE / TOLERANDO / DOLORE / SOCIETAS IESV. / OLISIPONE*./ Cum facultate Sanctae Inquisitionis./ Apud Simonem Lopezium./ 1593.
- M. T. CICERO- NIS. TVSCVLANAE. QVAESTIONES. / OLYSIPPONE*./ Apud Simonem Lopezium Typographum./ Cum facultate Sanctae Inquisitionis,/ & ordinarij./ Anno. M. D. L. XXXXV.
- GRAECAE / NOMINVM AC / VERBORVM INFLE- XIONES IN VSVM / TYRONVM. CONIMBRICAE*./ Cum facultate Sanctae Inquisitionis./ Ex officina Antonij à Mariz Typographi / Vniuersitatis. 1594.
- INSTITVTIO- NES GRAMMA- TICAE EX CLE- NARDO*. / Cum licentia superiorum. / OLYSSIPONE. / Ex officina Simonis Lopezis. / Anno M.D. XCV.
- INTRODVCTIO / IN GRAECAM LIN- GVAM EX INTITV- TIONIBVS GRAMMA- ticis Nicolai Clenardi*. / Nunc mendis sublatis multò quàm / antea correctior. CONIMBRICAE./ Ex officina Petri Crasbeeck / Anno 1608. / Cum facultate Sanctae Inquisitionis.
- INTRODVCTIO / IN GRAECAM LIN- GVAM EX INTITV- TIONIBVS GRAMMA- ticis NICOLAI / CLENARDI*. / Nunc mendis sublatis multò / quàm antea correctior./ LVGDVNI, / Apud NICOLAVM IVLLIERON, / Typographum Regium. / M. DC. XXI.
- INTRODVCTIO / IN GRAECAM LIN- GVAM EX INTITV- TIONIBVS GRAMMA- ticis NICOLAI / CLENARDI*. / Nunc mendis sublatis multò / quàm antea correctior./ LVGDVNI, / Apud NICOLAVM IVLLIERON, / Typographum Regium. / M. DC. XXII.
- INTRODVCTIO / IN / GRAECAM / LINGVAM EX IN- stitutionibus Gram- maticis NICOLAI / CLENARDI*. / Nunc mendis sublatis multò / quàm antea correctior./ CONIMBRICAE,/ EX TYPOGRAPHIA / In Collegio Artium Soci- etatis JESU./ Cum facultate Superiorum./ Anno Dñi. M. DCCXII.

2. Estudos

- ALMEIDA, Justino Mendes de, “Institutiones Grammaticae ex Clenardo (a 1.ª edição portuguesa da Gramática Grega de Clenardo)”, *Revista da Universidade de Lisboa* 2 (1956) 177-186.

- CEREJEIRA, M. Gonçalves, *O Renascimento em Portugal*, 2 vols., Coimbra, 1974-1975.
- CHAUVIN, V. et ROERSCH, A., *Étude sur la vie et les travaux de Nicolas Clénard*, Bruxelles, 1900.
- DELBOEUF, Régis, “Études et enseignement du Grec en Portugal”, *Revista de Educação e Ensino* 5 (1890) 186-192; 535-540.
- GUIMARÃES, A. J. Gonçalves, *O Grego em Portugal*, Coimbra, 1894.
- KUKENHEIM, Louis, *Contributions à l’Histoire de la Grammaire Grecque, Latine et Hébraïque à l’époque de la Renaissance*, Leiden, 1951.
- LUKÁCS, Ladislau (ed.), *Monumenta Paedagogica Societas Iesu. V: Ratio atque Institutio Studiorum Societas Iesu (1596, 1591, 1599)*, Roma, 1986.
- MORAIS, Carlos, *A Gramática de Grego de João Jacinto de Magalhães no contexto da Reforma Pombalina*, Aveiro, 2000.
- PINHO, Sebastião Tavares, “Les Études de Grec à l’Université de Coimbra (XVI^e siècle)”, in *L’Humanisme Portugais et l’Europe*, Paris, 1984, pp. 87-109.
- RAMALHO, Américo da Costa e NUNES, João de Castro, *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra Relativo à Antiguidade Clássica*, Coimbra, 1945.
- RODRIGUES, P.^o Francisco, *A Formação Intellectual do Jesuíta*, Porto, 1917.
- ROERSCH, A., *Correspondance de Nicolas Clénard*, 3 vols., Bruxelles, 1940-1941.
- S. BOAVENTURA, Frei Fortunato de, “Memoria do começo, progressos, e decadencia da Literatura Grega em Portugal desde o estabelecimento da Monarquia até ao reinado do Senhor D. José I”, in *Memoria da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, 1823.
- SIMÕES, Manuel Breda, “Un «pédagogue» du XVI^e siècle – Nicolas Clénard”, *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa* 4 (1960) 56-78.
- SOTTOMAYOR, Ana Paula Quintela, *Êsquilo. Prometeu Agrilboado*, Coimbra, Atlântida, 1967 (2.^a ed.: Coimbra, Atlântida, 1974; 3.^a ed.: Lisboa, Edições 70, 1992).
- VERDELHO, Telmo, *As Origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesas*, Aveiro, 1995.